

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Amábile Cristina Novaes Scorteganha

LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE E O REFERENCIAL  
CURRICULAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Passo Fundo

2015

Amábile Cristina Novaes Scorteganha

LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE E O REFERENCIAL  
CURRICULAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Monografia apresentada ao curso de Artes Visuais,  
Licenciatura, da Faculdade de Artes e Comunicação,  
da Universidade de Passo Fundo, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Licenciada em  
Artes Visuais, sob a orientação da Professora Ma.  
Mariane Loch Sbeghen.

Passo Fundo

2015

Aos meus pais pelo constante incentivo em todos os momentos da minha vida, não só acadêmica.

À minha família e amigos por compreenderem a ocupação que tive durante o desenvolvimento desta etapa acadêmica e por me incentivarem sempre. Em especial à minha irmã Ana Luísa Novaes Scorteganha que, desde que soube o tema desta pesquisa, me instigou com seu interesse, perguntas e opiniões.

Aos colegas pela empatia neste momento e auxílio nas horas de incerteza.

A todos os professores que fizeram parte da construção da minha trajetória escolar e acadêmica.

E por fim, tão importante quanto, às professoras Mariane Loch Sbeghen e Margarete T. Barriquel de Cesaro pela disposição em orientar e fornecer os direcionamentos teóricos e técnicos necessários para este trabalho, e às professoras Maria Goretti Baptista Betencourt e Cláudia Regina de Oliveira pelo interesse e sugestões pertinentes a este estudo.

“Arte fora de um contexto histórico é arte sem  
memória”.

Edward Lucie-Smith, 2010.

## RESUMO

Este estudo objetiva analisar os livros didáticos, de cunho nacional, *Arte em interação* (livro A) e *Por Toda Parte* (livro B), para o componente curricular Arte, verificando os conteúdos pertinentes à área de Artes Visuais, em relação aos temas estruturantes para esta área, no Referencial Curricular do Rio Grande do Sul. Dessa forma, visa conferir o diálogo entre o ensino nacional e o estadual de Arte por docentes formados na área específica de Artes Visuais. Para isso, a análise dos livros didáticos desenvolveu-se pela pesquisa bibliográfica, em relação aos procedimentos técnicos, e descritiva, em relação aos objetivos (Gil, 2002). Com isso, os conteúdos das obras didáticas foram distribuídos nas categorias de análise: temas e linguagens artísticas, para posterior verificação dos conteúdos pertinentes aos temas estruturantes do Referencial Curricular do Rio Grande do Sul, para a área de Artes Visuais. Dessa forma, pode-se perceber que os livros analisados atendem, de modo geral, aos temas estruturantes de Artes Visuais preconizados pelo Referencial Curricular do Rio Grande do Sul, havendo um diálogo a nível nacional e estadual. No entanto, o livro B aborda em menor quantidade a história e as teorias das artes visuais, para períodos anteriores ao contemporâneo, em relação ao livro A que trabalha com a linearidade da história da arte, ressaltando conexões com a contemporaneidade. E em relação à leitura de imagem, esta é significativamente mais explorada no livro A com diferentes abordagens estéticas de leitura, mas nenhum dos livros indica progressão de vocabulário para este tema em específico. Não obstante, cabe aos professores utilizarem os livros didáticos como ponto de partida para discussões e construção de conhecimento, respeitando o Projeto Pedagógico de seu componente na escola e o contexto dos alunos, não fazendo uso exclusivo do livro, em seu projeto de trabalho, como única ferramenta para o ensino da arte na escola.

Palavras-chave: Artes Visuais. Ensino Médio. Livro Didático.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CEB: Câmara de Educação Básica
- CNE: Conselho Nacional de Educação
- CNLD: Comissão Nacional do Livro Didático
- ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
- FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IES: Instituição de Ensino Superior
- INL: Instituto Nacional do Livro
- LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC: Ministério da Educação
- PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais
- Plidef: Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
- PLND: Programa Nacional de Livros Didáticos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 O ENSINO E O DOCENTE DE ARTE .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 O Caminho para o Ensino de Arte e a Formação Docente.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 Importância da Formação Contínua de Professores .....</b>	<b>13</b>
<b>1.3 Arte como Componente Curricular.....</b>	<b>14</b>
<b>2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 História do Livro Didático no Brasil .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Estudos acerca do Livro Didático em Artes Visuais .....</b>	<b>18</b>
<b>3 OS LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 Metodologia.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Análise dos livros A e B.....</b>	<b>24</b>
3.2.1 Apresentação Geral das Obras .....	24
3.2.1.1 Livro A .....	24
3.2.1.2 Livro B.....	26
<b>3.3 Categorias de Análise dos Livros Didáticos .....</b>	<b>27</b>
3.3.1 Fase Descritiva.....	28
3.3.2 Fase Analítica.....	30
<b>4 OS LIVROS DIDÁTICOS E O REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 Temas estruturantes de Artes Visuais do Referencial Curricular do Rio Grande Sul .....</b>	<b>32</b>
<b>4.2 Os conteúdos dos livros didáticos de Arte e o Currículo do Rio Grande do Sul.....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho, de caráter monográfico, objetiva analisar dois livros didáticos de cunho nacional do ensino médio, para o componente curricular Arte, verificando a ocorrência de conteúdos pertinentes à área de formação em Artes Visuais<sup>1</sup>, com base no currículo do Estado do Rio Grande do Sul. Os livros de estudo são *Arte em interação*, IBEP, e *Por Toda Parte*, FTD, ambos publicados em 2013 e distribuídos nas escolas públicas pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) no ano de 2015.

O estudo torna-se relevante devido à recente adoção do livro didático referente à disciplina de Arte nas escolas de rede pública de ensino médio. Dessa forma, é visada a contribuição de reflexões referentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e ao Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, em relação à formação específica de docentes da disciplina de Arte<sup>2</sup>.

A presente monografia trata-se de uma pesquisa bibliográfica, em relação aos procedimentos técnicos, e descritiva, em relação aos objetivos (Gil, 2002). Com isso, os conteúdos das obras didáticas foram distribuídos nas categorias de análise: temas e linguagens artísticas, para posterior verificação dos conteúdos pertinentes aos temas estruturantes do Referencial Curricular do Rio Grande do Sul, para a área de Artes Visuais. Para a análise das categorias foi necessário dividi-la em duas etapas, sendo a primeira etapa de descrição das obras didáticas e a segunda, de caráter analítico, baseada na percepção crítica das obras.

Este estudo será apresentado em seis capítulos, que contemplam, nos primeiros temas, o histórico de inserção da arte na escola até a distribuição de livros didáticos para o componente curricular Arte. Dessa forma, a fim de entender o papel da arte atualmente nas escolas, no primeiro capítulo serão expostas discussões sobre o caminho percorrido pela arte e a formação docente inicial e continuada, comentando sobre o uso do livro didático no período em que a formação docente não era obrigatória por lei.

O segundo capítulo aborda como a arte, legalmente, passou de atividade para campo de conhecimento, sendo reconhecida como componente curricular. O terceiro capítulo percorre o histórico de implementação do livro didático no Brasil, considerando os estudos acerca desses instrumentos de ensino.

---

<sup>1</sup> Quando se trata de campo ou área de conhecimento ou curso de graduação, grafa-se Artes Visuais; nos demais casos, artes visuais.

<sup>2</sup> Quando se trata de componente curricular, grafa-se Arte; nos demais casos, arte.

Entrando na fase de análise dos objetos de estudo, o quarto capítulo aborda a metodologia de pesquisa utilizada para este momento. Assim, segue no capítulo cinco a apresentação das obras didáticas e as fases descritiva e analítica das categorias de análise dos livros em questão, tendo por objetivo o reconhecimento geral das obras.

Finalizando, o sexto capítulo aproxima os conteúdos dos livros aos temas estruturantes do Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, para os conteúdos de Artes Visuais do componente curricular Arte, a fim de analisar o diálogo existente entre a educação nacional e as sugestões de temas referentes às artes visuais presentes no Referencial do Estado.

## **1 O ENSINO E O DOCENTE DE ARTE**

Os cursos de formação inicial e contínua são importantes para o crescimento profissional e à atualização dos professores, pois é bem sabido que “não se pode ensinar aquilo que não se conhece” (ARSLAN e IAVELBERG, 2013, p. 6). Em vista disso, é que a necessidade de iniciar formações voltadas especificamente para o ensino da arte em escolas formais surgiu. Neste capítulo será abordada a importância da arte na escola, e seu percurso até chegar à sala de aula, e irá considerar questões sobre a formação docente, incluindo as metodologias mais utilizadas em arte.

### **1.1 O Caminho para o Ensino de Arte e a Formação Docente**

Durante muitos anos, a arte na escola se resumiu a simples tarefas, com enfoque na repetição, sem possuir continuidade progressiva ao longo do ano letivo. Percebe-se, nisso, alguns dos fatores que permitiram a desvalorização da área na grade curricular, como pontua Ribeiro (2009). No entanto, com as atualizações dos PCNs, esta concepção vem mudando lentamente.

A fim de obter crescimento no ensino-aprendizagem em arte houve a necessária mudança de compreensão em assumir maior compromisso com a cultura, com a história e com a diversidade cultural comportadas por determinada região e até mesmo a nível mundial. A arte capacita cada ser humano a não ser alheio ao seu próprio país, pois ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence (BARBOSA, 2003).

O referido no parágrafo anterior é apenas uma das justificativas, meio a tantas, encontradas para o ensino de arte permanecer na escola. No Brasil, a Arte como campo de conhecimento somente foi assim reconhecida em 1996, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9394/96) reconheceu-a como componente curricular, pondo fim a discussões sobre o eventual caráter de não obrigatoriedade surgidas, anteriormente, em 1971, com a Lei nº 5692/71, que tornou obrigatória seu ensino no currículo, em 1971, no entanto, apenas como atividade educativa.

Anteriormente, a implementação da LDBEN, de 1961, que regulamentou a uniformização dos programas escolares e sugeriu a introdução formal da arte na escola, que se tratava de técnicas de artes aplicadas, “adequadas ao sexo e à idade” dos alunos (BRASIL, 1962), teve seu percurso cortado pelo golpe militar de 1964. Anos mais tarde, foi

implementada a reforma na educação brasileira que, em suas primeiras modificações, eliminou o exame de admissão ao curso ginásial (correspondente ao que hoje se compreende de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental), com o intuito de aumentar o número de vagas. Este fato é apontado por Ribeiro (2009), que constata o primeiro abalo no sistema escolar, acarretando em prejuízos na qualidade de ensino, justificando que as “demandas de todas as áreas de ensino eram muito distintas daquele público proposto para antigos programas” (p. 88).

Como decorrência da súbita mudança no ensino, houve o acesso das classes mais baixas à escola, sem ao menos serem pensadas e validadas políticas públicas para a manutenção desse público nos bancos escolares. Foi nesse contexto que culminou a criação da Lei nº 5692/71, de caráter tecnicista, e momento em que a arte entrou, oficialmente, para a educação brasileira (RIBEIRO, 2009). A partir desse período, percebendo o sistema educacional como um todo, a escola passou por um processo de decadência e descrédito em espaço físico e demais condições operativas, refletindo na formação problemática dos professores, baixos salários, falta de materiais didáticos, entre inúmeros outros fatores, que continua até a conjuntura em muitos lugares no Brasil.

Foram muitos os anos em que professores lecionaram artes nas escolas brasileiras sem formação específica na área, e, em menor proporção, essa falha continua a ocorrer atualmente, não somente com a Arte. Com a Lei nº 5692/71, já mencionada, a disciplina ficou denominada Educação Artística, no entanto, até a validação da lei de 1971, não era obrigação dos professores terem formação superior para ministrá-la. Assim sendo, o livro didático para o campo de Arte surgiu, justamente, para subsidiar esses professores sem a formação específica para a área. Muitos docentes recorreram às escolinhas de arte que surgiram no país, a partir de 1948, com o artista Augusto Rodrigues, e é válido ressaltar que até 1973, essas escolas eram os únicos espaços para aperfeiçoamento e ensino de arte no Brasil (SUBTIL, 2012).

Sendo assim, a partir de 1971, foram implementados os cursos de Licenciatura Curta, com duração de dois anos e conteúdos polivalentes e concomitantes: artes plásticas, desenho geométrico, música, teatro e dança. Mas esses cursos somente se iniciaram no país a partir de 1973, como apresentado por Subtil (2012), anteriormente.

Ainda, de acordo com Frange (2003), a precariedade dessa formação de dois anos, levando em consideração a impossibilidade de aprofundamento em tão pouco tempo de quatro grandes ramos das linguagens artísticas, afetou profundamente o *status* desse componente

curricular. Por conta disso, a autora evidencia que a disciplina se reduziu ao “fazer qualquer coisa” nas escolas. Ensinando-se pouco, ou praticamente nada sobre arte.

Diante do fracasso que foi essa formação, arte-educadores, de todo o país, reuniram-se para discutir o ensino no Brasil em encontros regionais, estaduais e nacionais. Constatou Coutinho (2003), mediante isso, a necessidade de cuidar da formação do professor formador; “é preciso aprender a aprender a ensinar” (p. 153), revelando que o que falta em muitos cursos de licenciaturas é a carência do “como ensinar” e, em outros, do “o que ensinar”. Não há um equilíbrio entre didática e conteúdos.

Em relação à formação no campo das Artes Visuais, Coutinho (2003) evidencia que o problema se torna maior quando há a segregação entre o que se ensina nos bacharelados e o que se ensina nas licenciaturas. Esse problema de separação acaba por acentuar outra questão: o distanciamento hierárquico entre artista e professor. Além de saber técnicas para ensiná-las, os cursos de licenciatura em Artes Visuais deveriam ter a pesquisa como método investigativo privilegiado, pois, de acordo com a autora, “é preciso desenvolver no professor a sua faceta de pesquisador, aquele que sabe buscar, relacionar e elaborar os conhecimentos” (p. 156).

Apenas conhecer técnicas não basta ao professor de Artes Visuais. Para cumprir atualmente com os objetivos dos PCNs de Arte e atingir a função primária da arte, que está para a humanização dos sujeitos por meio de experiências estéticas significativas, de leituras críticas e criativas da realidade, tendo como mediação nesse processo os conhecimentos e conteúdos específicos da arte em suas diferentes manifestações (SUBTIL, 2012), os conteúdos próprios da área devem ser respeitados e presentes na graduação do futuro docente.

## **1.2 Importância da Formação Contínua de Professores**

A obrigatoriedade do ensino de arte no sistema educacional forçou a criação de cursos emergenciais, para professores leigos, e complementares, para professores formados em bacharelados de Belas Artes, Música, Dança e Teatro. O acordo firmado entre o MEC e a Escolinha de Arte do Brasil, com execução junto às Secretarias Estaduais de Educação, resultou em cursos de especialização e na elaboração de um guia de orientação do novo componente curricular (RIBEIRO, 2009).

Com a Lei nº 9394/96, a disciplina de Arte passou a ter PCNs próprios, onde seus objetivos de ensino se tornam um pouco mais específicos para cada uma das linguagens: artes visuais, música, teatro e dança. No entanto, com Parecer do Conselho Nacional de Educação

(CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 22/2005, reivindicou-se a retificação do nome de “Educação Artística” pela designação “Arte” mediante a afirmação de permitir que a disciplina fosse lecionada por professores formados em uma das linguagens específicas.

O Parecer referido, que culminou na Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2006, enfatiza que o docente leciona, inclusive, apenas o conteúdo pertinente à sua área de formação, sem reforçar a polivalência na atuação e conteúdos dos professores de Arte. E estes utilizarão seus conhecimentos específicos para alcançar os objetivos preconizados pela legislação em vigor, e de forma mais direta, ampliar o repertório cultural dos alunos.

Depois de tanto tempo em relação à obrigatoriedade na formação docente do professor de Arte e, conseqüente, tentativas de afastar a ideia de polivalência nesse ensino, ainda, em 2003, Barbosa afirma que é necessário ampliar o número de cursos de pós-graduação com linhas específicas em Arte-Educação, para que os professores sejam capazes de se atualizarem em relação à sua área profissional.

Durante a formação formal, de acordo com Coutinho (2003), o futuro docente, ainda em curso de graduação, deve ser estimulado a tomar decisões sobre o rumo de suas próprias pesquisas e de suas produções, mantendo contato estreito com a sua poética pessoal. E para além da escola, o professor de Arte precisa interagir com espaços culturais, museus, bibliotecas e outras instituições que produzem e veiculam os bens culturais. É extremamente necessário que o professor conecte-se às redes de informações a fim de buscar o conhecimento junto aos seus alunos. A comunidade, lógico, precisa apoiar a escola da mesma forma, facilitando a construção e divulgação dos saberes produzidos neste espaço.

### **1.3 Arte como Componente Curricular**

Ainda existe uma dicotomia entre o que se ensina nos cursos universitários de Artes Visuais e o que as leis pressupõem como conteúdo para o componente curricular Arte na educação básica. É visto que a escola impõe um componente, de prática polivalente num sistema específico, que preconiza não a qualidade, mas a quantidade de linguagens, exigindo metodologias embasadas apenas na teoria. O que foi percebido de falhas na prática de uma tentativa de formação polivalente, para a antiga Educação Artística, parece ser totalmente ignorado, ainda na contemporaneidade.

O campo de Arte é discutido e argumentado no Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, do ano de 2009, apresentando que seu projeto educativo busca facilitar a

compreensão das práticas artísticas como partes da cultura e da construção simbólica da humanidade (RIO GRANDE DO SUL, 2009), logo, participam de um conjunto maior de conhecimentos tão importantes quanto os outros campos de conhecimento.

Sendo 2015 o primeiro ano da adoção do livro didático nacional para o componente curricular Arte nas escolas do ensino médio de rede pública, o Guia de Livros Didáticos de Arte (2014b, p. 7) considera que “as vivências artísticas no dia a dia não são suficientes para abarcar as possibilidades de construção do conhecimento em Arte”, sendo indispensável que a escola se responsabilize e proponha ações significativas ligadas ao pensamento crítico e reflexivo de seu público-alvo.

Em vista disso, sabe-se que trabalhando a disciplina de Arte de uma forma sistemática e consistente desenvolve-se o raciocínio artístico que é capaz de associar pensamento, sentimento e ações direcionadas ao contexto da prática de ensino-aprendizagem, devendo fazer parte da formação íntegra do ser humano. Com isso, propiciando ao aluno a capacidade de lidar com a complexidade do mundo a partir de um raciocínio artístico (GUIA, 2014b).

As ideias de integração entre o fazer, a apreciação e a contextualização artística foram sugestões da Proposta Triangular para o ensino da arte, criada por Ana Mae Barbosa e difundida no país por meio de projetos como os do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo e o Projeto Arte na Escola da Fundação Iochpe. Atualmente, o ensino de arte é embasado nessa proposta, no entanto, de acordo com Barbosa (2003), ainda existem professores ensinando desenho geométrico, comemorando datas com desenhos prontos ou ainda propondo atividades de livre expressão, sem fundamentação teórica, quanto menos reflexão.

Claro que é possível construir conhecimento pelo fazer individual e coletivo por meio da produção artística, mas sempre aliada à reflexão crítica. É válido ressaltar que os alunos que inter-relacionam produção, reflexão e fruição constroem conhecimento dimensionando seu desenvolvimento pessoal ao seu contexto cultural (GUIA, 2014b). Mas é fundamental que as aulas de Arte não se tornem apenas práticas, pois há conteúdo teórico a ser facilitado e compreendido, para quando houver a prática, esta também fazer sentido.

Hernández (2000) assegura que a arte na educação, para a compreensão, procura evidenciar a trajetória percorrida pelos olhares em volta das representações visuais das diferentes culturas, para confrontar criticamente os estudantes com elas. Desta forma, expõem os estudantes não apenas ao conhecimento formal, conceitual e prático em relação às artes, mas, paralelamente, à sua consideração como parte da cultura visual de diferentes povos e

sociedades. Isto acaba por favorecer nos alunos uma atitude reconstrutiva de autoconsciência dos problemas que trabalham tanto na sala de aula quanto fora dela.

Em relação à cultura local, citando como exemplo o Brasil, Barbosa (2003) constata que quase sempre apenas o nível erudito dessa cultura é admitido nas escolas do Brasil (Tarsila do Amaral, Portinari). As culturas de classes sociais economicamente desfavorecidas continuam na ignorância das instituições educacionais, inclusive por aqueles que estão envolvidos na educação dessas classes. Poucos docentes trazem o contexto dos alunos como ponto de partida ou de conexão para reflexões em sala de aula.

Coutinho (2003) enfatiza, ainda, a importância de se insistir nas pesquisas sobre a complexidade da reserva cultural formadora da identidade, pois faz parte do processo de ensino em arte a compreensão e a identificação das várias camadas culturais que se sobrepõem e se movimentam de forma hierárquica, tanto na constituição do indivíduo, quanto da sociedade. Dessa forma, acredita-se num ensino de construção de conhecimento, que tenha de fato significado entre o que se ensina e o que se aprende.

Sob o ponto de vista da interdisciplinaridade e das abordagens integradas de ensino com outras áreas do saber, a arte constitui uma das formas do ser humano se relacionar com o mundo e com os demais seres e o próprio ambiente, sendo, assim, facilmente transformada em parceira para a aquisição dos demais conhecimentos (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

De acordo com Richter (2003), os trabalhos interdisciplinares são, na maioria das vezes, realizados sob a forma de projetos. No entanto, não se trata de tomar as outras disciplinas e integrá-las às artes, muito menos de colocar as artes ao serviço das demais disciplinas. Percebendo essa dificuldade do trabalho interdisciplinar é que Barbosa (2003, p. 110) afirma que se deve buscar a harmonia das disciplinas de forma a respeitar seus conteúdos, “mas isso implica em escolhas e as escolhas deixam sempre alguma coisa para trás”.



## **2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL**

Desde sua implementação, em 1929, o livro didático vem sendo tema de discussões a nível acadêmico e profissional até a atualidade. É visado, portanto, neste capítulo, discorrer sobre o histórico de sua implementação no Brasil até a recente recomendação do MEC para a distribuição gratuita de livros para o componente curricular Arte. Unindo a isto, serão apresentadas visões de autores da área da educação a cerca da utilização do livro didático nas aulas de Arte.

### **2.1 História do Livro Didático no Brasil**

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2015), no Brasil, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos alunos da rede pública de ensino, tendo início em 1929. Ao longo dos anos, o programa foi modificado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica, tendo como exceção os alunos da educação infantil.

Soares (2015), citando Circe Bittencourt, docente e organizadora do Banco de Dados dos Livros Escolares Brasileiros, da Universidade de São Paulo, os primeiros cursos de formação de professores no Brasil surgiram apenas na década de 1930. Por conta disso, foi nos pioneiros livros didáticos que os docentes encontraram algumas instruções sobre as maneiras de lecionar.

Consta no histórico da implementação do livro didático no FNDE (2015), que, em 1929, o Estado criou um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), auxiliando no aumento de sua produção. Já em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), formando sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação de obras didáticas no País.

Foi no ano de 1945, pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, que se consolidou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, limitando ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos. A partir de 1970, dada a Portaria nº 35, de 11/3/1970 (FNDE, 2015), do MEC, o Instituto Nacional do Livro (INL) passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef),

efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

O ano de 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef foi extinto, cedendo lugar ao atual PNLD, que apresentou diversas mudanças, como a indicação do livro didático pelos professores e a reutilização do livro, possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos, mas o critério de escolha do livro continuou sendo pelos professores. Por falta de recursos financeiros, em 1992, a distribuição dos livros ficou comprometida, acarretando num recuo na abrangência da distribuição, restringindo-se o atendimento até a antiga 4ª série do ensino fundamental.

Em relação ao processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, este foi iniciado no ano de 1996, com a publicação do primeiro Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série. Ainda, segundo o FNDE (2015), todos os livros que apresentarem erros conceituais, indução a erros, estiverem desatualizados, apresentarem alguma manifestação de preconceito ou discriminação serão excluídos do Guia do Livro Didático.

O ano de 1996 também ficou caracterizado pela nova LDBEN – Lei nº 9.394/96 (CASSIANO, 2007). A disciplina de Arte, na nova lei, entrou como componente curricular obrigatório nas escolas, apesar de sua obrigatoriedade nesta legislação ter dependido da pertinente e insistente atuação de Arte-educadores de todo o Brasil junto aos parlamentares da Câmara e do Senado (FRANGE, 2003).

Em 2004, foi iniciado o processo de implementação do livro didático no ensino médio. Começou com a distribuição de livros de Português e Matemática apenas para o Norte e Nordeste do país, para alunos do 1º ano do nível de ensino referido, e mais tarde, contemplou as demais regiões e incluiu livros para as disciplinas de Biologia, Física, Geografia, Química e História (FNDE, 2015). Apenas em 2015 foram disponibilizados livros didáticos correspondentes ao componente curricular Arte para o ensino médio, em todo o Brasil (GUIA, 2014b), entretanto, algumas disciplinas do ensino médio continuam sem o fornecimento gratuito de livros, como nos casos da Filosofia, Literatura e Educação Física.

## **2.2 Estudos acerca do Livro Didático em Artes Visuais**

Atualmente, no Brasil, 82 % dos alunos da educação básica recebem gratuitamente obras escolhidas pelo corpo docente das próprias instituições em que estudam. Os livros são

aprovados por uma comissão técnica da Secretaria de Educação Básica do MEC, de acordo com Soares (2015).

Os poucos estudos encontrados sobre o livro didático no campo das Artes Visuais são de edições antigas, ainda quando o ensino de Arte nas escolas era denominado Educação Artística, decorrente do curso de Licenciatura Curta, que, utopicamente, formava professores para atuarem em três áreas do campo artístico: música, teatro e artes plásticas. A pesquisa mais recente encontrada sobre o tema de livro didático em artes é de Tourinho e Costa (2008), que foi realizada antes do MEC avaliar e distribuir gratuitamente livros de Arte nas escolas de ensino médio.

Há poucas décadas atrás, os estudos acerca dos livros didáticos os percebiam mediante aquele contexto como estáticos, reducionistas, no seu geral, e limitador da liberdade (FERRAZ; SIQUEIRA, 1987). Esta crítica se revelava mais enfática ao se tratar do livro de Educação Artística, disciplina antecessora da Arte nas escolas. Assim, os livros didáticos discutidos por Ferraz e Siqueira (1987) se categorizavam na função ideológica e cultural, discutida por Choppin (2004).

Segundo Choppin (2004), os livros escolares assumem múltiplas funções, que podem ocorrer conjuntamente ou não. O autor destaca quatro funções essenciais que variam, de forma considerável, de acordo com o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização.

Além da função ideológica e cultural, que tende para a aculturação dos alunos, de acordo com o apontamento anterior, Choppin (2004) observou que o livro didático pode possuir distintas funções. Outra delas é a função referencial, que também é chamada de curricular ou programática. Abrangido por esta função, o livro didático se constitui como apenas a tradução do programa ou uma de suas possíveis interpretações. Ele representa tudo àquilo que um grupo social acredita ser necessário transmitir às novas gerações.

Uma terceira função discutida pelo autor, a função instrumental, coloca em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que visam facilitar a memorização das informações, busca favorecer o desenvolvimento de competências disciplinares ou transversais, visando à apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, entre outros. E por último, a função documental, que é a mais recente, nela, acredita-se que o livro didático permita fornecer um referencial de documentos textuais e icônicos cuja observação e aproximações possam contribuir para o desenvolvimento crítico dos alunos.

Choppin (2004) vê esta última função, a documental, como dependente da alta formação dos docentes para a sua eficaz utilização. Corroborando a isto, Díaz (2011) aponta que a eficácia pedagógica do livro didático está diretamente ligada à qualidade do uso que é feito pelos professores. Assim sendo, Eguren, Belaúnde e González (2003) afirmam que o docente especialista representa significativas diferenças no que se refere ao uso do livro didático, apresentando resultados de aprendizagem maiores em relação ao professor não especialista.

Atualmente, no Brasil, a escolha do livro didático para a disciplina de Arte, parte da concepção de que a Arte deve ter seus conceitos, conteúdos e procedimentos de criação respeitados, não sendo tomada como simples ferramenta a fim de facilitar a aprendizagem dos conteúdos das outras disciplinas (GUIA, 2014b).

Ainda, citando o Guia de Livros Didáticos (2014b), nele é ressaltada a importância de considerar o livro didático não como único material a ser utilizado para a aprendizagem de Arte, pois este instrumento constitui-se como suporte ao trabalho do docente e para o estudo dos alunos. No entanto, os professores devem ir além e possibilitar o pensamento artístico, tanto no que se refere ao conhecer de forma mais aprofundada o assunto estudado, quanto de contextualizar a Arte da comunidade onde alunos e professor estão inseridos.

O fato do MEC não ter antes recomendado livros didáticos para o ensino de arte, isto não significa, de acordo com Brisolla, Costa e Tourinho (2007), que estes livros não estivessem (e continuam) sendo publicados e amplamente divulgados em *sites* e revistas. As autoras apontam a pesquisa de Ferraz e Siqueira (1987) como forte debate contra o uso do livro de arte ao enfatizarem que a sua utilização opõe-se frontalmente as características de liberdade e criatividade da disciplina de Arte.

Em contra partida, atualmente, conforme é afirmado no Guia de Livro Didático (2014a, p. 5), as obras divulgadas para escolha dos docentes são voltadas para os desafios dispostos ao ensino médio na contemporaneidade, “com olhares à ruptura com o silenciamento das culturas juvenis, populares e regionais que conferem identidades – plurais – aos estudantes do ensino médio do país”.

No discurso apresentado pelo Guia, observa-se a preocupação em desenvolver a capacidade crítica-reflexiva dos jovens, a partir das obras didáticas, quando a educação é tratada da seguinte forma:

Além disso, considerando-se também como finalidades do ensino médio, embora não exclusivas, a inserção juvenil no mundo do trabalho e no prosseguimento dos estudos, sinaliza-se para a relevância de evidenciar-se uma educação marcada pela

criatividade, pela significação dos processos de ensino-aprendizagem e pelo estímulo ao entendimento e debate de questões contemporâneas, devidamente contextualizadas à luz dos múltiplos cenários de inserção sócio-política e econômica em que estão os jovens brasileiros (2014a, p. 5).

Em vista disso, o Guia, em questão, enfatiza a necessidade de tratar da promoção de processos educativos em que estão afirmadas todas as dimensões do ser humano, sendo elas: éticas, estéticas, históricas, culturais, corporais, políticas, entre tantas outras, compreendendo os sujeitos jovens na sua integralidade e a pluralidade de experiências e vinculações.

Brisolla, Costa e Tourinho (2007) colocam a questão dos livros didáticos de uma forma ambígua. Por um lado observam que os conteúdos propostos pelos livros constituem formas e versões de mundo, pois neles existem diferentes seleções e organizações de conhecimentos que se associam a fim de representar visões da arte na sociedade, na cultura e na educação. E por outro, são associadas de modo que criam e anulam identidades, classificam-nas e as colocam em determinados quadros de referência social e cultural.

Ao se buscar pesquisas relacionadas ao estudo de análise e do uso do livro didático no ambiente escolar, pode-se encontrar inúmeras pesquisas realizadas entorno do tema nas diversas disciplinas que fazem parte do currículo escolar. No entanto, estudos sobre o livro didático de Artes Visuais, ou mais especificamente sobre o livro didático referente à disciplina de Arte nas escolas, pouco foi localizado.

Por conta da polêmica acerca desse instrumento de ensino, as pesquisas que se fazem sobre esse tema vêm discutindo a qualidade, quantidade, custo e atualização dos livros, além da liberdade dos docentes para recriarem propostas didáticas utilizando como base esse instrumento pedagógico (TOURINHO, COSTA, 2008), verificando-se sua interatividade e conexão com a vida dos alunos que fazem seu uso.

O livro didático não é, no entanto, o único instrumento que faz parte da educação nas escolas de ensino formal. Existe atualmente a utilização efetiva de diversos outros instrumentos de ensino-aprendizagem que estabelecem junto ao livro relações de concorrência ou de complementaridade, comunicando-se necessariamente com as funções e usos do livro (CHOPPIN, 2004).

É válido ressaltar que cabe ao corpo docente das instituições públicas de ensino a escolha do livro didático que mais se aproxima do currículo da disciplina de Arte em suas escolas (SOARES, 2015), pois, assim, ocorre de fato uma conversa entre o arte-educador e os subsídios teóricos e práticos constantes no livro optado, oferecendo maior sentido e significação ao que se quer facilitar aos alunos.

### 3 OS LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Os livros *Arte em interação*<sup>3</sup> (livro A) e *Por toda parte*<sup>4</sup> (livro B), ambos publicados no ano de 2013, são obras referentes ao PNLD/2015, adquiridos e distribuídos pelo MEC às escolas de rede pública de ensino médio, para o componente curricular Arte, que compreende as grandes áreas de Artes Visuais, Música, Teatro e Dança.

Os livros didáticos são apresentados no Guia de Livros Didáticos, que foi formulado a partir de um processo de avaliação de abrangência nacional que envolveu professores-artistas de diversas regiões do país. De acordo com o Guia (2014b), os avaliadores possuem experiência e formação artística nos campos específicos do componente curricular Arte, além de experiência acadêmica em docência em cursos de formação de professores, entre inúmeras outras titulações e conhecimentos pertinentes às formações específicas de cada docente da comissão avaliadora (especialistas em Artes Audiovisuais, Artes Visuais, Dança, Música e Teatro).

O referido Guia (2014b) foi concebido pelo PNLD/2015 partindo do pressuposto de que a Arte deve ter seus conceitos e procedimentos de criação respeitados, não sendo utilizada nas escolas como mera ferramenta para facilitar ou introduzir a aprendizagem dos conteúdos de outros componentes.

A partir de avaliação criteriosa, os livros selecionados para escolha das escolas foram apresentados no Guia (2014b) sob a forma de resenha crítica, pontuando aquilo que os avaliadores marcam como pontos fortes e fracos, além de chamar à atenção para os destaques dos livros, à especificidade da proposta de ensino e às características do Manual do Professor.

Como sugestão de escolha dos livros, o Guia de Livros Didáticos (2014b) recomenda aos professores que levem em consideração o Projeto Pedagógico da escola. É acrescentado ainda que, devido às características das obras disponibilizadas, será necessária a complementação, por parte dos professores, do conteúdo referente às produções com obras oriundas de sua cultura local, uma vez que os livros abrangem o país como um todo, e também com exemplos da produção contemporânea dos afrodescendentes e indígenas.

---

<sup>3</sup> Para fins de compreensão, será adotada a nomenclatura de livro A, para o livro *Arte em Interação*, de autoria de Hugo Bozzano, Perla Frenda e Tatiane C. Gusmão, publicado pela Editora IBEP, no ano de 2013 e distribuído pelo MEC, para o componente curricular Arte.

<sup>4</sup> Para fins de compreensão, será adotada a nomenclatura de livro B, para o livro *Por Toda Parte*, de autoria de Solange Utuari, Daniela Libâneo, Fábio Sardo e Pascoal Ferrari, publicado pela Editora FTD, no ano de 2013 e distribuído pelo MEC, para o componente curricular Arte.

Ainda de acordo com o Guia (2014b), mediante resenha dos livros selecionados, é esperado que, futuramente, a interdisciplinaridade possa ser abordada nos próximos livros sem que se percam as características intrínsecas de cada campo artístico, não incidindo na polivalência. Acreditam que, desse modo, será valorizada a formação acadêmica dos licenciados em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro na condução dos processos pedagógicos em sala de aula.

Com base no Guia de Livros Didáticos do PNLD/2015 para o componente curricular Arte, seguem as apresentações de cada livro, com o intuito de expor seus conteúdos e temas de forma detalhada. A escolha da ordem de apresentação dos livros mantém a adotada pelo Guia, que optou por descrever as obras por ordem de inscrição, sendo assim, a primeira obra apresentada será o livro A (*Arte em Interação*) e, posteriormente, o livro B (*Por toda parte*).

### **3.1 Metodologia**

A análise dos livros didáticos, de cunho nacional, livro A e livro B, desenvolveu-se pela pesquisa bibliográfica, em relação aos procedimentos técnicos, e descritiva, em relação aos objetivos (Gil, 2002). Para facilitar o trabalho de compreensão dos conteúdos presentes nos livros, foram estabelecidas categorias de análise, utilizando-se do método comparativo. A análise das categorias obteve duas etapas: a primeira de descrição das obras didáticas, dadas pelos temas e linguagens artísticas, e a segunda fase de caráter analítico em relação às categorias, baseada na percepção crítica das obras.

Analisados os temas e as linguagens presentes em cada livro, foram selecionados apenas os conteúdos da área de Artes Visuais, para então relacioná-los aos temas estruturantes de Artes Visuais do Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, área de foco na pesquisa. Dessa forma, verificou-se a ocorrência dos conteúdos dos livros nacionais para os temas estruturantes propostos pelo Estado.

Para isso, os conteúdos dos livros foram categorizados nos seguintes temas estruturantes, presentes no Referencial: a) Fundamentos das Linguagens Visuais, b) Arte, Sociedade e Diversidade Cultural, c) Produção Artística, d) Apreciação Estética e Leitura de Imagem, e) História e Teorias da Arte, f) A Arte como Produção de Sentido.

Procurou-se, dessa forma, verificar e sistematizar a ocorrência de conteúdos de artes visuais e suas linguagens avaliando o diálogo entre os livros disponibilizados pela União Federativa e o instrumento do Estado (Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do

Sul, do ano de 2009), que visa conectar as escolas dentro de um mesmo sistema e ao contexto dos alunos de cada região, no caso, o Estado do Rio Grande do Sul.

### **3.2 Análise dos livros A e B**

Nesta etapa serão apresentadas as características gerais de cada livro e, posteriormente, de forma comparativa, na fase descritiva, serão categorizadas para análise as linguagens artísticas e temas de cada obra.

#### **3.2.1 Apresentação Geral das Obras**

Neste momento de apresentação das obras didáticas, elas serão aqui descritas por suas características gerais e pela formação dos autores. As atuações profissionais de cada autor ou autora só serão mencionadas se houver pertinência no relato, que justifique sua participação na autoria dos livros, por exemplo, algum(a) autor(a) formado(a) em outra área que não a artística.

##### **3.2.1.1 Livro A**

O livro A (Figura 1), dado por suas características gerais, possui 400 páginas, contando com o glossário e as páginas extras de questões de Arte do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e de pré-vestibulares de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. É constituído por nove capítulos, alternando a exposição de conteúdos e propostas que “dinamizam, problematizam ou mobilizam o aprendizado” (GUIA, 2014b, p. 30).

Os três autores do livro A possuem as seguintes formações:

- a) Hugo B. Bozzano: Especialista em Atendimento Escolar Hospitalar pela Universidade Federal de São Paulo e Licenciado em Educação Musical pela Universidade Estadual Paulista.
- b) Perla Frenda: Licenciada em Educação Artística, com habilitação em Artes Cênicas, pela Universidade Estadual Paulista.
- c) Tatiane Cristina Gusmão: Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade Estadual Paulista e arte-educadora em museus e espaços culturais de São Paulo.



Figura 1 – Imagem representativa do livro A com as principais informações da ficha catalográfica.



Fonte: Guia de livros didáticos. *PNLD 2015: arte – ensino médio*, 2014.

Os capítulos desse livro são compostos por seções. Encontra-se nas páginas 4 e 5 do livro um “manual” para a compreensão das seções, que são apresentadas de forma bastante explicativa no próprio livro, denominadas da seguinte forma:

- a) *Abra a Janela*: letra de música, imagem, tirinha ou texto introduz o tema do capítulo, trabalhando, assim, com a intertextualidade;
- b) *Foco na Prática*: propostas de atividades práticas individuais ou em grupo, relacionadas ao conteúdo apresentado no capítulo;
- c) *Cápsulas*: com curiosidades, comentários e informações complementares, às vezes, promove conexões com outras áreas de conhecimento, como a química;
- d) *Tantas Histórias*: relaciona as manifestações artísticas ao contexto histórico, social e cultural;
- e) *Caixa de Ferramentas*: apresenta profissões da área cultural relacionadas à temática do capítulo;
- f) *Conexão*: mostra conteúdos atuais, relacionando ao assunto estudado, mostrando a influências mútuas das manifestações culturais;
- g) *Enquanto Isso...*: relaciona as manifestações abordadas com outras do mesmo período;
- h) *Ideias em Fluxo*: avaliação final do estudo do capítulo, buscando relacionar-se ao contexto dos alunos;
- i) *Linha do Tempo*: apresentada ao final de cada capítulo expõe de forma cronológica os principais artistas e criações das várias linguagens artísticas.

Ao final de cada capítulo, além da linha do tempo, há, ainda, lista de referências utilizadas para a construção do capítulo e outras indicações para consulta: *sites*, livros, visitas e filmes.

### 3.2.1.2 Livro B

O livro B (Figura 2) apresenta-se em 304 páginas, sendo dividido em seis capítulos subdivididos em temas, que variam de 3 a 7 temas por capítulos. Cada capítulo é introduzido com um pequeno texto, que podem ser fragmentos de letras de canções ou poemas, como ponto de partida para a temática geral. Os temas também possuem elementos para introduzi-los, sendo, nestes casos, além de textos de poemas ou canções, imagens, ou, ainda, aliando as linguagens verbais e não verbais.

Os autores da obra possuem formação nas variadas áreas artísticas:

- a) Solange dos Santos Utuari Ferrari: Mestre em Arte, área de Artes Visuais, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui graduação em Educação Artística, Licenciatura, pela Universidade Mogi das Cruzes. Especializações em Antropologia, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Arte Educação, pela Universidade de São Paulo.
- b) Daniela Leonardi Libâneo: Mestre em Arte pela Universidade Estadual de Campinas. É licenciada em Pedagogia pela pontifícia Universidade de São Paulo. Bailarina e professora de dança por 17 anos.
- c) Fábio Sardo: Mestre em Arte, área de processos de Criação Musical, pela Universidade de São Paulo. Bacharel em Música pela Faculdade de Artes Alcântara Machado.
- d) Pascoal Fernando Ferrari: Mestre em Ciências, área de concentração no ensino de Ciências, pela Universidade Cruzeiro do Sul. Possui especialização em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Graduado em Psicologia pela Universidade Braz Cubas. É ator e diretor de teatro.

Figura 2 – Imagem representativa do livro didático B com as principais informações da ficha catalográfica.



Fonte: Guia de livros didáticos. *PNLD 2015: arte – ensino médio*, 2014.

Cada capítulo traz, ao longo dos temas, proposições didáticas, como:

- a) *Giro de Ideias*: visa propor reflexões e discussões, que podem ser registradas no próprio livro;
- b) *Projetos Experimentais de Arte*: propostas de atividades artísticas, com o indicativo da linguagem artística em foco;
- c) *Conexões*: textos com temas transversais e interdisciplinares.

Finalizando cada capítulo, há, em cada um, três seções: a) *Conversa*: onde há depoimentos de artistas e profissionais ligados à produção de conhecimento e práticas contemporâneas em arte, b) *Resgatando o que você aprendeu*: momento em que são recapitulados os conceitos e debates provocados pelos conteúdos temáticos do capítulo, e c) *Expedições Culturais*: propostas de ações educativas nos espaços de inserção dos alunos.

### 3.3 Categorias de Análise dos Livros Didáticos

Para a análise mais abrangente e de reconhecimento dos livros didáticos, optou-se por elencar as categorias de análise, “linguagens artísticas” e “temas”, presentes nos livros, para melhor compreensão da constituição geral das obras. Contando com isso é que se estabeleceu duas fases para esta etapa: uma descritiva e outra analítica.

### 3.3.1 Fase Descritiva

Nesta seção, serão apresentadas, de forma descritiva e comparativa, as categorias de análise para os livros A e B. Para isso, houve a construção do Quadro 2, onde se aproxima e se comparam as linguagens e os temas presentes nas obras de estudo.

Quadro 2 – Descrição das linguagens artísticas e dos temas presentes nas obras de análise.

<b>Linguagens Artísticas</b>	
<b>Livro A</b>	<b>Livro B</b>
Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e Artes Audiovisuais.	Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e Artes Audiovisuais.
<b>Temas</b>	
<b>Livro A</b>	<b>Livro B</b>
<p>a) <b>Capítulo 1 – Imaginação e Expressão:</b> a partir do questionamento “o que é arte?”, aborda questões sobre estética e as origens das manifestações artísticas. Os fundamentos das linguagens das artes visuais, cênicas e música são retratados neste capítulo. Ao final, levanta questões sobre grafite e pichação.</p> <p>b) <b>Capítulo 2 – Identidade e Diversidade:</b> aborda as culturas ancestrais focando nas artes indígenas e dos povos africanos. No subcapítulo <i>Influências e Transformações</i>, se apresenta a arte barroca brasileira e o barroco europeu, estabelecendo conexão com o teatro.</p> <p>c) <b>Capítulo 3 – Arte e Vida:</b> trata da arte contemporânea propondo discussões sobre as novas formas de pensar e agir em arte. Marcel Duchamp é pontuado por suas provocações que levaram à transição da arte moderna para a arte contemporânea. O contemporâneo da música, teatro e artes visuais são contextualizados neste capítulo. O contemporâneo na dança aparece como conexão com as outras linguagens, principalmente à música.</p> <p>d) <b>Capítulo 4 – Rupturas:</b> apresenta as principais vanguardas das artes visuais (cubismo, fauvismo, futurismo, surrealismo, abstracionismo, expressionismo e dadaísmo), além da dança e da música moderna.</p> <p>e) <b>Capítulo 5 – Linguagens do Corpo</b> – traz discussões sobre o corpo transgressor na música contemporânea. Faz conexão com a expressão corporal no teatro. Discute também as visões sobre o corpo ao longo da história nas artes visuais desde a arte na Idade Média à arte contemporânea. A voz cantada e a música corporal são apresentados.</p>	<p>a) <b>Capítulo 1 – O que é arte?</b> – se subdivide em 7 temas: Tema 1 – “o sentido das coisas” versa sobre o sentido das linguagens artísticas. Tema 2 – questiona o que é arte e para que serve, a partir da performance de Paulo Bruscky. Tema 3 – “procurando pela arte” trata da arte presente em galerias, museus, teatros, arte urbana entre outros. Tema 4 – “a arte sempre foi arte?” percorre um breve panorama histórico das artes visuais ao longo dos anos, desde a arte rupestre a arte sacra da Idade Média. Tema 5 – abrange a arte renascentista à arte contemporânea. Tema 6 – “se a arte está perto, tudo pode ser arte?” compreende a arte <i>pop</i> e os valores estéticos e artísticos dos objetos do cotidiano. Tema 7 – questiona se arte é experiência. Este capítulo faz conexões com as áreas de tecnologia, filosofia e história.</p> <p>b) <b>Capítulo 2 – Por línguas e línguas</b> – contém 5 temas: Tema 1 – fala das linguagens artísticas que se misturam par criação de objetos de arte. Tema 2 – a proposição das linguagens compreende os artistas como propositores e discute o termo “espect-ator”. Tema 3 – traz, de forma breve, as linguagens artística ao longo do tempo. Tema 4 – aborda, com imagens e textos “as 10 linguagens da arte e outras suposições”. Tema 5 – trata da transformação das linguagens artísticas e do hibridismo na contemporaneidade. Este capítulo estabelece conexões com as áreas de: língua portuguesa, cidadania, matemática, literatura e diversidade cultural.</p> <p>c) <b>Capítulo 3 – A criação</b> – possui 5 temas: Tema 1 – apresenta a “intervenção como criação”. Tema 2 – questiona se “a arte é “dom”, virtuosismo, genialidade ou curiosidade”, quebrando antigas concepções em torna da</p>

f) **Capítulo 6 – *Conflitos Humanos***: mostra a visão da arte para a guerra com a temática da arte e violência. Fala sobre razão e emoção, entrando no período do Romantismo nas artes visuais, conectando às músicas românticas. No teatro explora o indivíduo e seus conflitos e, nas artes visuais, a liberdade e agressividade em performances e instalações. A dança é apresentada como conexão a essa temática.

g) **Capítulo 7 – *Ser Humano, Ser Político***: versa sobre a atitude política, a partir de peça teatro, e retrata o Realismo, nas artes visuais, e o Teatro Épico. A “arte e ideologia” é outra temática que levanta discussões sobre a arte e o poder político e o Realismo Socialista e a arte como meio de divulgação política. O Neoclassicismo é caracterizado, criando-se um paralelo ao mesmo período no Brasil (Missão Francesa). Na música, é caracterizada a música clássica. Outro subtema deste capítulo é a “arte, censura e resistência”, com foco no período da ditadura e nas charges de humor crítico. Ao final do capítulo é estabelecida uma conexão com a dança de caráter crítico.

h) **Capítulo 8 – *Canibalismo Cultural***: apresenta o Modernismo brasileiro e o manifesto Antropofágico, nas artes visuais, música e teatro. Este capítulo marca os antecedentes da Semana de 22, apresentando artistas como Anita Malfatti, Almeida Jr., Tarsila do Amaral e Cândido Portinari. A Tropicália na música e nas artes visuais é contemplada e o Mangubeat da música também.

i) **Capítulo 9 – *Tecnologia e Transformação Cultural***: O meio e a cultura abordam questões da cultura popular, como o folclore brasileiro, a literatura de cordel e o teatro de mamulengos. Na temática da reprodução e transformação, a gravura é abordada como meio de reprodução em massa, passando para o cartaz e a fotografia. Ao falar em projeção na fotografia, o teatro de sombras é apresentado e a origem do cinema é apresentada (arte audiovisual). A reprodução do som também é discutida e a origem do rádio é comentada. A última temática “cultura: recepção e interação” aborda o sistema da cultura de massa, ou indústria cultural, a tecnologia empregada nesse meio e a forma como é consumida pelo público. Ao final, após as reflexões propostas ao longo do livro, é sugerido ao aluno pensar sobre as questões de Paulo Bruscky: “O que é arte? Para que serve?”.

criação em arte, mostrando que arte é conhecimento. Tema 3 – “criação e registro” traz as formas de registro das linguagens artísticas, como na dança e na música. Tema 4 – “lugares para criar” compreende os espaços de produção e criação de arte. Tema 5 – discute a criação como improvisação no teatro. Este capítulo conecta-se as áreas de: língua portuguesa, meio ambiente, ciências, matemática e sociedade.

d) **Capítulo 4 – *Matérias da Arte*** – é subdividido em 7 temas: Tema 1 – “materialidade: o corpo da arte” fala do suporte para as produções artísticas das diversas linguagens e o próprio corpo como suporte para arte, como a dança. Tema 2 – “as marcas no corpo” compreende a *body art*, nas artes visuais. Tema 3 – “a alquimia da arte” abrange a composição das tintas. Tema 4 – “do oriente ao ocidente, a arte é um fazer” apresenta a arte *sumi-ê*. Tema 5 – trata do pigmento azul como crenças em artes antigas e como poética na arte contemporâneas. Tema 6 – abrange a materialidade na linguagem musical (voz e instrumentos). Tema 7 – apresenta a materialidade nas artes visuais e o hibridismo entre música e artes visuais. Este capítulo conecta-se às áreas de tecnologia, saúde, sexualidade, pluralidade cultural, química, meio ambiente e biologia.

e) **Capítulo 5 – *A Arte em sua Forma, a Forma em seu Conteúdo*** – tem 4 temas: Tema 1 – “as formas e os conteúdos da arte” fala, de maneira introdutória geral, sobre os elementos fundamentais das linguagens artísticas. Tema 2 – compreende a gramática visual e como se dá a percepção visual pelo olho humano. Tema 3 – “o conjunto da obra” aborda a ação dramática no teatro e na dança. Tema 4 – “as qualidades, parâmetros do som” trazem os códigos da música. Estabelece conexões com história, biologia e literatura.

f) **Capítulo 6 – *Bagagem Cultural*** – em 3 temas este capítulo é abordado: Tema 1 – “tudo o que me compõe” discute sobre as referências pessoais de cada um, faz panorama da transformação das imagens ao longo do tempo (da arte rupestre a arte multimídia) e discursa sobre a música popular brasileira e as gerações de ouvinte. Tema 2 – “tem gente que guarda cada coisa!” traz questões acerca das coleções e dos espaços museológicos. Tema 3 – “patrimônio nosso de cada dia” aborda os patrimônios culturais e artísticos da humanidade. Faz conexão literatura, história, língua portuguesa e geografia.

### 3.3.2 Fase Analítica

Como os livros são de caráter nacional, possuem muito do folclore e das culturas do Norte, Nordeste e Sudeste do país, no entanto, abrem diálogo com o contexto de todas as outras regiões que os adotarem em suas escolas. Cabe aos professores de Arte adaptar as discussões e problemáticas às suas regiões, aproximando à cultura regional e apresentando os artistas locais para seus alunos.

O recorte para a apresentação dos artistas nos livros trata daqueles que possuem reconhecida trajetória, ou que marcaram época com rupturas na arte. No entanto, há inúmeros artistas significativos para o cenário das artes visuais no Brasil que não são contemplados nos livros, cabendo aos professores buscarem maiores referências para evitar apenas o estudo de artistas elitizados.

Os livros A e B possuem conteúdos apenas como ponto de partida para o ensino da história e das culturas afro-brasileiras e indígenas, como implementado pela Lei nº 10.639/03, logo, os professores deverão aprofundar este conteúdo, aproveitando para apresentar a riqueza cultural e histórica de sua própria região.

Tanto o livro B, quanto o livro A possuem a predominância de conteúdos próprios do campo das Artes Visuais. Percebe-se, claramente, que as artes audiovisuais são as que ocorrem em menor proporção, no entanto, quando são apresentadas, como o cinema, videoarte, arte multimídia, videoinstalação, entre outras, aparecem no conteúdo de artes visuais. Música e teatro possuem um pouco mais de conteúdos do que dança, no entanto ocorrem ainda em menor quantidade em relação às artes visuais. Muitas vezes a dança aparece como conexão aos conteúdos de artes visuais, música e teatro.

A história da arte, do campo das Artes Visuais, está mais presente no livro A. Enfatizando a linearidade com que a história é abordada no livro, encontra-se, ao final de cada capítulo, linhas do tempo da história mundial, com ênfase, inclusive, nos principais acontecimentos de diversas manifestações artísticas, a exemplo: música, dança, teatro, artes visuais e audiovisuais. O livro B, apesar de não apresentar a história da arte de forma linear, também aborda com maior frequência os conteúdos das artes visuais, possuindo mais discussões sobre temas e tendências da arte contemporânea, do que de períodos passados. No entanto, possui maior quantidade de atividades práticas em detrimento à teoria, em relação ao livro A.

A forma como é sugerida a leitura de imagem nos livros, poderia ter uma progressão ao longo dos capítulos, considerando a ampliação do repertório e do vocabulário artísticos adquiridos pelos alunos ao passar dos anos do ensino médio. Para conduzir a leitura de imagem, os livros trazem perguntas, baseadas em diferentes abordagens estéticas, que guiam a leitura dos alunos, contudo, esta forma de leitura ocorre em maior frequência no livro A. Alguns exercícios ainda questionam a relação que os alunos conseguem estabelecer com a obra, baseados em referências que conhecem. Outros ainda conduzem a leitura para a problematização da temática da imagem. Nenhum dos livros aborda a leitura de imagem sob o ponto de vista dos aspectos semióticos dos códigos visuais: signos, índices, ícones e símbolos.

## **4 OS LIVROS DIDÁTICOS E O REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO**

Neste capítulo, será discorrido sobre o objetivo principal do trabalho que é de analisar o diálogo entre os livros didáticos nacionais e o Referencial Curricular do Rio Grande do Sul. Para isso, busca-se estabelecer aproximação dos temas estruturantes do Referencial em questão aos conteúdos e linguagens dos livros didáticos nacionais para o ensino de arte, considerando apenas os conteúdos pertinentes a formação dos professores da área específica de Artes Visuais.

### **4.1 Temas estruturantes de Artes Visuais do Referencial Curricular do Rio Grande Sul**

Os temas estruturantes adotados no Referencial Curricular do Rio Grande Sul (2009, p. 56) para os conteúdos de artes visuais são formas de organização dos fundamentos do componente curricular. Como se observa no Diagrama 1, os temas são apresentados em formato circular, com o intuito de evidenciar a inter-relação e a ausência de hierarquia entre os diferentes temas.

Estes temas são base para ao ensino de artes visuais para todos os níveis escolares: do 6º ano (antiga 5ª série) do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Os temas estruturantes são distribuídos em competências/habilidades, blocos de conteúdos e sugestões/estratégias/operacionalização de ações pedagógicas. Além dos conteúdos das artes visuais a serem trabalhados no espaço formal de ensino, que é a escola, o Referencial do Rio Grande do Sul evidencia a importância de visitas a espaços culturais, como galerias, museus, Bienais, como a do Mercosul, mais próxima dos alunos do Estado, em qualquer nível de ensino, não somente nos anos finais do ensino médio.



Diagrama 1 – Diagrama dos temas estruturantes para os fundamentos da disciplina de Arte.



Fonte: Rio Grande Do Sul, 2009.

O referencial teórico-metodológico considerado mais pertinente no momento atual, para o ensino de arte, é estruturado nos três eixos da proposta triangular de Ana Mae Barbosa: fruição estética, contextualização e produção, lembrando que cada um deles é fundamental para o desenvolvimento dos outros dois (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

O tema estruturante “a arte como produção de sentido” aparece no diagrama como “a arte como orientação de sentido”. Como, ao longo do Referencial, esse tema é tratado como no primeiro caso, “a arte como produção de sentido”, esta forma será considerada no presente trabalho.

Com o intuito de esclarecer o que é compreendido em cada um dos temas apresentados no diagrama, é importante expor a definição de cada tópico (Quadro 1) ilustrada no Referencial Curricular do Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 57).

Quadro 1 – Definição breve dos temas estruturantes do componente curricular Arte.

<b>Temas estruturantes</b>	
<b>Fundamentos da linguagem visual</b>	Compreende os elementos e estruturas próprias da linguagem visual, princípios de composição e aspectos da percepção visual.
<b>Arte, sociedade e diversidade cultural</b>	Trata das relações das artes visuais com outras áreas do conhecimento, com a cultura visual, com diferentes culturas, com manifestações populares e com o cotidiano. Envolve o estudo do patrimônio cultural e artístico, bem como de processos e de espaços de legitimação da arte: exposições, museus, bienais, curadorias.
<b>Produção artística: a poética do processo pessoal</b>	Envolve a pesquisa e a experimentação com diversos recursos e materiais: recursos tradicionais, alternativos e novas tecnologias. Busca a descoberta e o desenvolvimento de um percurso poético pessoal.
<b>Apreciação estética e leitura de imagem</b>	Compreende diferentes abordagens de leitura de imagens e o conhecimento de concepções estéticas diversas; objetiva a compreensão e a interpretação da arte de diversos contextos de produção.
<b>História e teorias da arte</b>	Abrange a periodização da história da arte, os movimentos artísticos e estéticos, o estudo de transformações e de rupturas na história da arte.
<b>A arte como produção de sentido</b>	Envolve a intertextualidade e as relações entre textos diversos como promotores de sentido; a compreensão da arte e suas relações com a vida cotidiana; as relações da produção contemporânea com a história, a cultura e as problemáticas contemporâneas, sociais e subjetivas.

Fonte: Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, 2009.

Compreende-se que esses temas, quando trabalhados de forma sistemática e progressiva, permitirão que os alunos atendam aos três objetivos básicos preconizados pelo Referencial Curricular do Rio Grande do Sul (2009) em relação ao ensino de Artes Visuais, que são eles: Ler, Escrever e Resolver Problemas em Artes Visuais.

Dessa forma, “ler”, em Artes Visuais, implica na leitura de imagens a partir dos fundamentos das linguagens visuais (gramática visual e estudos de composição) e também na interpretação das imagens e da cultura visual, além da compreensão do contexto no qual determinada obra foi produzida.

O “escrever”, em Artes Visuais, defendido no Referencial Curricular (2009), está presente nos processos de criação. Entende-se que a poética pessoal é uma forma de escrita e que, por meio da produção plástica, é possível conhecer as qualidades, possibilidades e

limitações das linguagens expressivas. “Outras formas de escrita são os registros das ações, pesquisas realizadas, avaliações pessoais, o registro das aprendizagens, o portfólio de produções, a elaboração de projetos e as reflexões realizadas” (p. 55).

E por último, “resolver problemas” em Artes Visuais, implica na proposta de resolução plástica dada aos alunos. Acredita-se que o fazer artístico requer um tipo de pensar próprio, que necessita a articulação entre planejamento, recursos, possibilidades técnicas, conceitos e conexões com outras áreas de conhecimento.

O Referencial do Rio Grande do Sul necessita de atualização mediante a mudança de “séries” para “anos escolares”, para o ensino fundamental, totalizando 9 anos para esse nível de ensino. Outro ponto que necessita de revisão são as estratégias de ação para o ensino de Artes Visuais.

Constata-se que as estratégias de ação são abrangentes o suficiente a ponto de caber somente aos professores especialistas saberem elencar os conteúdos de forma gradativa e onde buscar referências de sua própria área; cabe a eles visualizarem que conteúdo é pré-requisito para aprendizagem de outro. Não se trata, necessariamente, de um ponto negativo, uma vez que a formação na área prepara os professores com conteúdo e desenvolve habilidades metodológicas, no entanto, se o Referencial possuísse maiores referências em todas as áreas da Arte, os professores conseguiriam trabalhar com a interdisciplinaridade entre as grandes áreas artísticas, se assim o desejassem.

Porém, conteúdos de música, por exemplo, são obrigatórios, de acordo com a Lei nº 11.769/08, de 2008, mas não exclusivos, para o componente curricular Arte, no entanto, como são admitidos professores especialistas formados em cursos de Artes Visuais, Teatro, Dança, além de Música, seria positivo existir um detalhamento de conteúdos no Referencial como subsídio para os outros professores.

#### **4.2 Os conteúdos dos livros didáticos de Arte e o Currículo do Rio Grande do Sul**

A fim de estabelecer conexões entre os livros de cunho nacional e o currículo para Arte no Rio Grande do Sul, lecionada por professores formados em Artes Visuais, desenvolveu-se a análise comparativa dos conteúdos de Artes Visuais para os temas estruturantes da mesma área, do Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul. O resultado desta análise é observado no quadro 3.

Quadro3 – Quadro comparativo da ocorrência dos conteúdos de Artes Visuais dos livros A e B em relação aos temas estruturantes do Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul.

		Livros Didáticos	
		Livro A	Livro B
Temas Estruturantes	<b>Fundamentos da Linguagem Visual</b>	Apresenta-se sob a forma de compreensão dos elementos fundamentais e de composição, ao longo dos capítulos. De forma pontual, promove o estudo da teoria da cor conectando a manifestações artísticas.	Apresenta-se em um único capítulo que abrange as formas e os conteúdos da arte, abordando este tema como gramática visual. Utiliza objetos de arte para exemplificar os assuntos de fundamentos das linguagens visuais.
	<b>Arte, Sociedade e Diversidade Cultural</b>	Possui discussões acerca da diversidade cultural no Brasil, apresentando culturas africanas, indígenas e afro-brasileiras. Promove interdisciplinaridade com as áreas de Literatura, Química e Teatro, além de relacionar a arte a manifestações populares e com o cotidiano.	Existe a relação das Artes Visuais com outras áreas do conhecimento: Filosofia, História, Língua Portuguesa, Matemática, Dança, Literatura, Biologia e Ciências. Nele é estabelecida conexão com arte oriental, pluralidade cultural, cidadania, espaços de legitimação da arte e patrimônios culturais e artísticos.
	<b>Produção artística – a Poética do Processo Pessoal</b>	Sugere o exercício das linguagens de desenho, escultura em sabão, modelagem com argila, construções tridimensionais com papel, fotografia artística, estêncil, instalação, pintura com estudo de cores, performance e <i>flipbook</i> .	Linguagens exploradas: desenho, fotografia, <i>storyboard</i> , gravura, colagem, pintura com aquarela caseira e outras tintas, pintura corporal, ilustração com nanquim e <i>light painting</i> .
	<b>Apreciação Estética e Leitura de Imagem</b>	Promove a reflexão em torno da palavra “arte” e da estética na arte. Propõe leitura de inúmeras reproduções de produções artísticas distintas, desde as mais antigas até as mais contemporâneas, em diversas linguagens.	Possui textos que levantam discussões acerca da estética na arte, da definição do termo “arte” e propõe a leitura de uma imagem relacionada à <i>body art</i> e outra de cenas do filme <i>O Labirinto do Fauno</i> (Warner Bros, 2006).
	<b>História e Teorias da Arte</b>	Apresenta a história da arte ao longo dos capítulos, finalizando cada um com uma linha do tempo da arte interposta à linha mundial. Estabelece, ao mesmo tempo, conexão com a arte contemporânea em vários momentos.	Apresenta a história da arte de forma não linear, estabelecendo conexões entre período contemporâneo e outros períodos anteriores. Possui um pequeno resumo histórico das artes visuais.
	<b>A Arte Como Produção de Sentido</b>	Introduz o tema de cada capítulo com textos verbais e não verbais: imagens, letra de música, poesia e tirinhas. Propõe reflexões em torno da compreensão da arte e o contexto dos alunos. Traz relações entre arte contemporânea com a história, cultura e questões sociais.	Introduz cada capítulo e cada tema com textos verbais e não verbais: imagens, letra de música e poesia. Traz relações entre arte contemporânea com a história, cultura e questões sociais.

Fonte: Scorteganha, 2015.

Em relação ao exposto no quadro 3, observa-se que os livros A e B contemplam, em conteúdos, os temas estruturantes, de forma geral, para os conteúdos de artes visuais. Assim, é válido pontuar cada tema estruturante com os conteúdos considerados pelos livros.

Os conteúdos, para o tema estruturante “fundamentos da linguagem visual”, tanto para o livro A quanto para o livro B, são apresentados de forma a lembrar os alunos sobre o que já estudaram sobre esse conteúdo. O livro A trabalha com este conteúdo em vários momentos ao longo dos capítulos. Nele são considerados os elementos visuais (ponto, linha e forma),

composição e a teoria da cor (cor luz e cor pigmento, cores quentes e frias). O livro B, aborda este tema como “gramática visual”. Os dois livros contextualizam com a história da arte os fundamentos da linguagem visual.

Para o tema “arte, sociedade e diversidade cultural”, os conteúdos desenvolvidos no livro A são mais pontuais por possuírem um capítulo inteiro que gire em torno deste tema, além de momentos em outros capítulos que indicam conexão com esse tema. O livro B trata essa temática como conexão a outros conteúdos, sem abordá-la de maneira pontual, mas não menos importante. Nele se preocupou em estabelecer mais conexão com outras áreas de conhecimento. Em relação aos espaços expositivos e patrimônios cultural e artístico, estes são bem destacados no livro B.

A “produção artística – a poética do processo pessoal” é sugerida em maior quantidade no livro B. No entanto, os professores necessitam dar atenção a alguns exercícios sugeridos no livro B, por muitas delas exigirem dos professores de Arte melhores explicações, além de direcionamento técnico e, algumas vezes, temático, pois se encontrou, pelo menos, 2 atividades de tema livre, sendo uma delas com a técnica também livre. No livro A, a produção artística é mais dirigida, cabendo ao professor adaptar a proposta a sua região, quando necessário. Percebe a preocupação do livro A em oferecer maior conteúdo teórico do que exercícios de produção artística, ao contrário do livro B.

O livro A apresenta maior número de imagens e contextualização histórica das mesmas com o intuito de atingir o tema “apreciação estética e leitura de imagem”, contemplando vários períodos e localidades internacionais e nacionais. Apresenta discussões sobre o que é reconhecido como arte e qual sua função na contemporaneidade e em tempos anteriores. O livro B apresenta textos para discussão estética, com citações de Alfredo Bosi com base em antigos filósofos, como Platão, e de problematização do que é a arte, de Celso Favaretto. Neste livro, apresentam-se duas imagens como exercício de leitura, de forma mais direcionada; uma na metade do livro e a outra ao final. Mas nada impede os professores em utilizar outras imagens para o exercício de leitura.

O Referencial Curricular do Rio Grande do Sul (2009) sugere diferentes abordagens de leitura de imagem e conhecimento de concepções estéticas diversas para se alcançar a compreensão e interpretação da arte em distintos contextos de produção. Considerando isso, cabe aos professores desenvolverem a leitura de imagem, sob diferentes abordagens de leitura e de estética, para o livro B, pois essas abordagens são pouco exploradas neste livro.

O tema “história e teorias da arte” é apresentado, em conteúdos, de forma mais clara e consistente no livro A. Atende aos objetivos do tema do Referencial que é de abranger a periodização da história da arte, os movimentos artísticos e estéticos, além do estudo de transformações e rupturas da arte. A forma como este conteúdo é disposto e contextualizado no livro, facilita maior entendimento sobre a história da arte para os alunos. Contudo, os professores devem tomar o cuidado de evidenciar, em sua fala, que não se trata em “evolução” nos períodos artísticos. Quanto ao livro B, busca apresentar a arte contemporânea, conectando a outros períodos, dessa forma, aborda a história da arte, mas não de maneira linear. As rupturas e transformações da arte são discutidas ao longo do livro, o que exige do professor a clareza desse conteúdo, para facilitá-lo aos alunos, pois não é tão aprofundado quanto no livro A.

E por último, “a arte como produção de sentido”, traz a intertextualidade, a compreensão da arte e suas relações com a vida cotidiana, as relações da produção contemporânea com a história, a cultura e as problemáticas sociais e subjetivas. Os dois livros abrangem este tema de forma recorrente e progressiva, do início ao fim de cada livro. O livro A traz, ainda, ao seu final, nove questões do ENEM e de pré-vestibulares de algumas IES, com assuntos que foram tratados no livro. Das nove questões, cinco são de artes visuais, duas de teatro, uma de dança e outra sobre a comunicação concisa. O livro B apresenta, ao seu final, sugestões para aprofundamento dos seus conteúdos, em referências, na *web*, de artigos, entrevistas, textos, filmes e documentários, além de *sites* oficiais de artistas, companhias e museus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que, das linguagens abrangidas tanto pelo livro A, quanto pelo livro B, as artes visuais aparecem em maior proporção em relação à música, ao teatro e à dança, sendo esta última, em menor proporção ainda. As artes audiovisuais são mencionadas dentro do conteúdo de Artes Visuais. No entanto, o Guia de Livros Didáticos revela a expectativa de que a interdisciplinaridade possa ser abordada nos próximos livros didáticos sem que se percam as características intrínsecas de cada campo artístico, não incidindo na polivalência, tanto que as formações dos autores são em áreas específicas. Acreditam que, desse modo, será valorizada a formação acadêmica dos licenciados especialistas.

O Referencial Curricular do Rio Grande do Sul, da mesma forma que os PCNs, traz o componente curricular Arte representado pelas quatro grandes áreas. Em relação ao campo específico das Artes Visuais, observou-se que os livros didáticos de Arte para o ensino médio, disponibilizados pelo PNLD/2015, atendem, de modo geral, aos temas estruturantes desse campo preconizados pelo Referencial. Apesar dos dois livros possuírem conteúdos que se enquadrem aos temas do currículo do Rio Grande do Sul, o livro A, por conter maior densidade teórica e reflexiva para o campo das Artes Visuais, se torna uma ferramenta positiva para auxiliar o trabalho dos professores de Arte, especialistas nesta área, evidenciando nesta obra didática a organização do conhecimento produzido em Artes Visuais. Talvez os professores formados em Música, Teatro ou Dança sintam falta de maior aprofundamento de conteúdos para suas áreas, a mesma percepção que poderão encontrar no livro B, que também possui poucos conteúdos dessas áreas, sendo maior para o conteúdo de artes visuais.

O único ponto a ser chamado à atenção para o livro A, é a periodização da história da arte, que pode ser vista como um ponto negativo por muitos. Por outro lado, acredita-se que a organização da história da arte de maneira cronológica auxilia os alunos para a compreensão temporal dos fatos, facilitando o aprendizado. Por isso, se defende o estudo da história da arte nesse sentido, contudo, compete aos professores de arte ressaltar que nas artes um período artístico não é “mais evoluído” que o outro, relatando teorias e fatos motivadores das mudanças estéticas em cada momento.

Quanto ao livro B, este está organizado de maneira mais interdisciplinar entre as áreas artísticas e estabelece maior frequência de conexões com outras áreas do conhecimento, em relação ao livro A. Essa evidência pode ser um ponto negativo por sabermos que o trabalho

com a interdisciplinaridade ainda está longe da realidade de inúmeras escolas brasileiras. Outro ponto a ser apontado é em relação às propostas práticas do livro B. Muitas delas exigem dos professores melhores explicações, além de direcionamento técnico e, algumas vezes, temático, pois se encontrou, pelo menos, 2 atividades de tema livre, sendo uma delas com a técnica também livre. Enfatiza-se esse ponto por se ter ciência de que exercícios de criação livre, muitas vezes, podem ser mais limitadores do que estimuladores para a criatividade e expressão do aluno.

Não obstante, cabe aos professores de Arte, que optarem por utilizar livros didáticos, empregá-los como ponto de partida para discussões e construção de conhecimento, respeitando o Projeto Pedagógico de seu componente na escola e o contexto dos alunos. O cuidado para não transformar o livro didático em projeto de trabalho, como única ferramenta para o ensino da arte na escola, deve-se ao fato de que nem sempre a interdisciplinaridade nos livros sugerida, ou a ordem dos conteúdos, entre outros aspectos, seguem o projeto da escola.

O estudo da análise dos livros didáticos de Arte foi propulsor para despertar mais inquietações do que respostas. A partir dele, observou-se com maior atenção o Referencial Curricular do Rio Grande do Sul para o componente Arte e foi percebido que as sugestões de temas e blocos de conteúdos para o campo das Artes Visuais são bastante superficiais, não instrumentalizando os professores com outras referências para aprofundamento das temáticas estruturantes. Não se encontra uma sistematização de conteúdos, leituras ou outras fontes de referência, como vídeos, documentários, artistas, entre outros, que visem de fato à progressão curricular de forma mais específica no Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, do ano de 2009, percebendo as particularidades da grande área que é constituída pelas Artes Visuais. A forma de exposição das sugestões dos conteúdos é bastante genérica.

Esta observação se consolidou, ainda mais, pela leitura informal de outros Referenciais Curriculares do Estado, para disciplinas erroneamente entendidas como “mais importantes” no meio escolar. Para estas disciplinas, há a sugestão de inúmeras referências, como leituras, vídeos, música, poemas e livros complementares, além de conteúdos que devem ser trabalhados antes de outros para um aprendizado eficaz.

Outra questão que fica em aberto é em relação à polivalência do ensino de arte. Lê-se no Parecer Homologado CNE/CEB nº 22/2005, que “o Parecer CNE/CEB nº 4/98 e a Resolução dele decorrente não podem reforçar a noção de polivalência na formação e na atuação dos professores de Arte”, sendo que os estados e municípios “poderão respeitar a formação específica dos professores”. Logo, podem-se admitir profissionais especialistas para



o ensino desse componente. Apesar disso, há o Projeto de Lei 7032/2010, do ano de 2010, aguardando apreciação pelo Senado Federal, que visa “instituir, como conteúdo obrigatório no ensino de Artes, a música, as artes plásticas e as artes cênicas”. A dança não é contemplada para as artes neste Projeto de Lei.

Todavia, com a Lei nº 11.769/08, de 2008, o conteúdo de música já passou a ser obrigatório, mas não exclusivo, para o componente curricular Arte, contrariando o Parecer CNE/CEB nº 22/2005 que elimina o caráter de polivalência da disciplina. Entretanto, nos PCNs decorrentes da LDBEN, percebe-se a polivalência da disciplina na ênfase dada para a contemplação de todas as áreas, independente da formação específica dos docentes. Esta evidência mostra que ainda é esperado dos professores de Arte o domínio de áreas alheias à sua formação, enquanto não há, até o momento, professores com formação artística em áreas específicas presentes em todas as escolas de rede pública de ensino.

Além da dicotomia entre o que se ensina nos cursos de graduação para áreas artísticas específicas e o que as leis pressupõem como conteúdo para o componente curricular Arte na educação básica, a grande liberdade de “o que ensinar em Arte” pode ser percebida como um problema para o reconhecimento da importância de sua presença no currículo escolar. Muitos professores, por deficiência em sua formação inicial aliada à falta de maior especificidade e referências no currículo da área de Arte, acabam trabalhando quase sempre os mesmos conteúdos em todos os níveis escolares. Assim, essa área permanece na superficialidade de todo o conhecimento que abrange.

Em vista do exposto, acredita-se que os livros didáticos de Arte possam amenizar a deficiência de propostas e referências de conteúdos do Referencial do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que os professores encontrarão apontamentos mais específicos em relação a subsídios teóricos de sua área. Assim, se tornará mais fácil para o professor de Arte, que souber fazer bom uso desse instrumento, encontrar um ponto de partida para propostas pedagógicas em sala de aula, além de reflexão teórica, mostrando que os conteúdos de Arte têm fundamentação e coerência. E caso o professor especialista optar por trabalhar com a interdisciplinaridade entre as áreas artísticas, seu trabalho pode ser facilitado com os conteúdos das outras áreas no livro didático.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Amália. Interdisciplinaridade. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 105-110.
- BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOZZANO, Hugo B.; FRENDA, Perla; GUSMÃO, Tatiane Cristina. *Arte em interação*. São Paulo, IBEP, 2013.
- BRASIL. *Decreto Lei 1.006, de 30 de Dezembro de 1938*. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.
- BRASIL. *Decreto Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945*. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1945, 124º da Independência e 57º da República.
- BRASIL. *Decreto Lei nº 91.542, de 19 de agosto de 1985*. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, 19 de agosto de 1985, 164º da Independência e 97º da República.
- BRASIL. *Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 14 de dezembro 1962, 141º da Independência e 74º da República.
- BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 11 de agosto de 1971, 150º da Independência e 83º da República.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996, 175º da Independência e 108º da República.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 9 de janeiro de 2003, 182º da Independência e 115º da República.
- BRASIL. *Lei nº 11.769/08, de 18 de agosto de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 18 de agosto de 2008, 187º da Independência e 120º da República.
- BRASIL. *Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2006*. Altera a alínea "b" do inciso IV do artigo 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/98, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Publicada no DOU em 02 de fevereiro de 2006, Seção I, p. 9.

BRISOLLA, Livia; COSTA, Gisele; Irene, TOURINHO. O livro didático não morreu. Estará agonizando? Aproximações teóricas sobre um objeto de estudo. In: *Encontro nacional da associação nacional de pesquisadores de artes plásticas*, nº 16, 2007, Florianópolis. p. 904-913.

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Maria Adriana Cappello (Trad.). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549- 566, set./dez. 2004.

DÍAZ, Omar Rolando Turra. A atualidade do livro didático como recurso curricular. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 609-624, set./dez. 2011.

EGUREN, Marian; BELAÚNDE, Carolina; GONZÁLEZ, Natalia. *Representando el texto educativo desde su uso: um diagnóstico para la escuela urbana*. Lima: IEP, 2003. Disponível em: <<http://www.cies.org.pe/es/investigaciones/educacion/repensando-el-texto-educativo-desde-su-uso-un-diagnostico-para-la-escuela>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo; SIQUEIRA, Idméa Semeghini Próspero. *Arte-educação: vivência, experiencição ou livro didático?*. São Paulo: Loyola, 1987.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari; LIBÂNEO, Daniela Leonardi; SARDO, Fábio; FERRARI, Pascoal Fernando. *Por toda parte*. São Paulo: FTD, 2013.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

FRANGE, Lucimar Bello P. Arte e seu ensino, uma questão ou várias questões? In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 35-47.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIA de livros didáticos. *PNLD 2015: apresentação – ensino médio*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014a.

GUIA de livros didáticos. *PNLD 2015: arte – ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014b.

RIBEIRO, José Mauro Barbosa. Políticas públicas para o ensino de arte no Brasil. In: *Trajetórias e políticas para o ensino das artes no Brasil: anais do XV Confaeb*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

RICHTER, Ivone Mendes. Multiculturalidade e Interdisciplinaridade. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 85-93.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SE/DP, v. 2, 2009.

SOARES, Wellington. Livro didático: qual o peso na sua aula?. *Nova escola*, n. 282, v. 30, p. 16-23, 2015.

SUBTIL, Maria José Dozza. A Lei n. 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Campinas, SP, v. 12, n. 3 (30), p. 125-151, set./dez. 2012.

TOURINHO, Irene; COSTA, Gisele. Como e porque investigar o livro didático para o ensino de artes visuais. *Visualidades*, Goiás, v. 6, n.1, p. 202-212, 2008.